
JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA MENDES

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e

Centro de Estudos Sociais

Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações*

127

Procuramos neste artigo elucidar as lógicas subjacentes aos processos de mobilidade social em Portugal. Partindo do modelo teórico de Erik O. Wright, e numa perspectiva comparativa, é nossa preocupação contextualizar os resultados obtidos de forma a apreender os efeitos estruturadores da posição semiperiférica de Portugal no sistema mundial.

A feminização acentuada da população activa e da escolarização de longa duração, além do papel do Estado como entidade empregadora, originaram processos de mobilidade

social intergeracional totalmente distintos para os dois sexos. Nos homens, a estrutura social apresenta-se bastante impermeável e, contrariamente ao verificado no caso dos países capitalistas avançados, as qualificações emergem como o principal obstáculo à mobilidade social. Nas mulheres, a estrutura social é bastante permeável nas dimensões da propriedade, qualificações e autoridade, assistindo-se a taxas de mobilidade social relativa bastante elevadas.

NESTE artigo procuraremos analisar o grau de abertura da estrutura social portuguesa, da sua permeabilidade ou não aos movimentos dos indivíduos. Fá-lo-emos através

Introdução

* Os resultados apresentados neste artigo derivam de um projecto conjunto com Elisio Estanque intitulado *Estrutura de Classes e Trajectórias de Classe em Portugal*, incluído no *International Comparative Class Analysis Project* e coordenado por Erik Olin Wright. O projecto português foi financiado pela JNICT (1994-1996). Queríamos também agradecer às seguintes instituições pela atribuição de bolsas de curta duração: Fundação Calouste Gulbenkian (1993; 1996); Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (1993) e Reitoria da Universidade de Coimbra (1993; 1996; 1997). Especial menção deve ser feita ao Prof. Erik Olin Wright e ao Departamento de Sociologia da Universidade de Wisconsin-Madison por todo o apoio prestado e pela forma como nos receberam durante as nossas estadas nos EUA.

Por último, gostaríamos de agradecer a todos os colegas do CES, especialmente ao seu director Boaventura de Sousa Santos, que sempre acreditou neste projecto.

O presente texto é uma versão de comunicações apresentadas no *VIII Meeting of the Comparative Project on Class Structure and Class Consciousness*, realizado em Canberra, na Australian National University, de 1 a 3 de Agosto de 1997 e na *3rd European Feminist Conference*, com o tema *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility, and Citizenship in Europe*, realizado de 8 a 12 de Julho em Coimbra.

do estudo da mobilidade intergeracional, e isto para as três dimensões estruturais definidas no modelo teórico que estamos a utilizar: a propriedade, as qualificações e a autoridade.

É nossa preocupação comparar os nossos resultados com as conclusões já estabelecidas para outros países. Por isso, aplicaremos as mesmas metodologias e tipologias usadas por Erik Wright (1997)¹, introduzindo somente pequenas alterações que permitem uma melhor aproximação às especificidades da sociedade portuguesa.

A estrutura de classes em Portugal, devido a processos económicos, sociais e políticos específicos de um país semi-periférico no contexto do sistema mundial, apresenta uma configuração peculiar, com a manutenção de um forte peso morfológico da pequena-burguesia (agrícola e não-agrícola) e da classe trabalhadora. Por outro lado, a feminização acentuada da população activa e da escolarização de longa duração, além do papel significativo do Estado como entidade empregadora, originaram processos de mobilidade social intergeracional totalmente distintos para os dois sexos. Nos homens, a estrutura social apresenta-se bastante impermeável nas três dimensões em análise (propriedade, qualificações e recursos organizacionais) e, contrariamente ao verificado no caso dos países capitalistas avançados, as qualificações emergem como o principal obstáculo à mobilidade social. Nas mulheres, a estrutura social é bastante permeável, assistindo-se a taxas de mobilidade social relativa bastante elevadas. Se para os homens a probabilidade relativa de aceder a uma classe social diferente da de origem é baixa, para as mulheres tal mostra-se como algo quase natural.

¹ O modelo de Erik Olin Wright inclui-se na corrente do marxismo analítico e assenta no conceito de exploração. Esta exploração é sempre relacional e conduz à produção de interesses e de relações antagónicas entre as classes sociais. Concretamente, nas sociedades capitalistas, o autor considera a combinação de três principais tipos de exploração: exploração capitalista (baseada no desigual controlo dos meios de produção); exploração organizacional ou burocrática (desigual controlo de recursos organizacionais); e exploração por credenciais ou qualificações (desigual controlo de qualificações escassas). O cruzamento destes três tipos de exploração permite a definição teórica e analítica de 12 localizações de classe: burguesia/capitalistas; pequenos empresários; pequena burguesia; gestores qualificados; gestores semi-qualificados; gestores não-qualificados; supervisores qualificados; supervisores semi-qualificados; supervisores não-qualificados; técnicos não-gestores; trabalhadores semi-qualificados; e trabalhadores (Wright, 1997, 1989). Para a nossa análise, criámos uma nova localização de classe, a pequena burguesia agrícola, devido ao peso que os activos agrícolas mantêm na estrutura social portuguesa. Por outro lado, a matriz de 12 localizações foi simplificada por exigências de comparabilidade dos dados entre gerações (ver Quadro 1 do Anexo para a operacionalização das localizações de classe).

Apresentam-se resultados que procuram explicitar a lógica da reprodução social conforme as diferentes classes e para os dois sexos, e conclui-se que a compreensão das transformações sócio-económicas em Portugal, nas últimas décadas, exige uma atenção extrema aos efeitos estruturadores da diferença sexual. A comparação com países semiperiféricos com estruturas sociais semelhantes a Portugal (Coreia do Sul e Formosa) permite avançar com as seguintes conclusões provisórias:

— Em países de desenvolvimento intermédio, onde a pequena-burguesia mantém um peso estrutural acentuado, a propriedade não constitui um obstáculo à mobilidade social;

— Em países nas mesmas condições, são as qualificações o grande obstáculo à mobilidade social.

129

Não procuramos aqui fazer uma análise exaustiva das transformações estruturais ocorridas na sociedade portuguesa. O nosso objectivo é ter uma visão sintética dos processos e padrões de transformação ocorridos, que permita enquadrar os resultados da nossa investigação.

Nas últimas décadas, Portugal passou por transformações sócio-económicas e sócio-profissionais profundas. Assistimos a uma mudança acentuada da distribuição sectorial do emprego (Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 1996; Gaspar, 1993 e 1987; Rodrigues, 1988). O peso do sector primário passa de 43.6% nos anos 60 para 11.6% em 1992. Contudo, este valor ainda é relativamente elevado, contribuindo, num país de industrialização difusa como o nosso, para a conformação dos processos de reprodução social e para as estratégias de adaptação de muitos agregados domésticos. O sector terciário passa de 27.5% para 55.2%. O peso do sector secundário mantém-se relativamente estável (de 28.9% para 33.2%). Também importante é o crescente peso morfológico dos trabalhadores por conta-própria (de 13.6% em 1960 para 17.7% em 1992)², uma característica dos países semiperiféricos, e que é crucial na estruturação das dinâmicas sociais, das sociabilidades, das práticas culturais e dos processos político-ideológicos (Santos, 1993).

Outra mudança com grande impacte social e cultural foi a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho,

Breve Contextualização

² Na nossa amostra (1995) 22.6% dos inquiridos trabalhavam por conta-própria.

uma das mais altas da Europa. No total da população activa, 18.2% eram mulheres em 1960, aumentando este valor para 44.2% em 1992 (44.5% na nossa amostra em 1995)³. O assalariamento das mulheres conduz ao reajustamento das estratégias de reprodução social dos agregados familiares, e ao ajustar das lógicas de recrutamento das entidades empregadoras (Ferreira, 1993). De salientar também, neste processo, as altas taxas de feminização do sistema de ensino⁴, sobretudo superior, permitindo às mulheres a obtenção de credenciais formais e o exercer de uma forte pressão sobre o mercado de emprego. Este processo de feminização ocorre em concomitância com uma massificação do sistema de ensino, assistindo-se a um processo de acelerada desvalorização dos diplomas. Alguns autores falam da passagem progressiva de uma procura optimista da educação para uma procura desencantada, dado que, para os mesmos graus escolares, o número e a qualidade dos empregos disponíveis decresceu de uma forma substancial (Grácio, 1992, 1986).

Outra transformação fundamental ocorrida em Portugal nas últimas décadas é a crescente litoralização da população portuguesa em paralelo com a sua urbanização (Gaspar, 1993, 1987), tendo-se mantido tal tendência, e de uma forma intensa, durante os anos 90. A urbanização também ocorre no interior do país, com um reforço das capitais de distrito e das sedes de concelho. Estamos, assim, perante processos massivos de mobilidade geográfica que contribuirão para as transformações estruturais atrás assinaladas. Esta forte mobilidade geográfica poderá conduzir a uma mobilidade social significativa, levando a um desbloquear e a uma maior abertura da estrutura social portuguesa.

Mobilidade e modelos de análise

Os estudos da mobilidade social não têm tradição em Portugal. O único texto, por nós conhecido, que apresenta um quadro com o cruzamento da classe de origem e a classe dos inquiridos é o de João Ferreira de Almeida *et al.* (1994). Os autores deste estudo concluem pela existência de fortes movimentos na estrutura social, com uma rede heterogénea de trajectórias sociais. A mobilidade ascendente mostra-se

³ Na nossa amostra, 25% das mulheres estavam empregadas no sector estatal. Isto é importante pois o Estado como empregador, e sobretudo para as mulheres com qualificações recrutadas nos sectores da saúde e da educação aplica, em princípio, uma política de recrutamento baseada nas qualificações e na igualdade de oportunidades.

significativa, para isso contribuindo o rápido aumento dos níveis de escolaridade.

O problema desta análise é que se além à descrição das taxas absolutas de mobilidade, as quais, sendo afectadas pelas transformações estruturais, pelos valores das distribuições marginais, não permitem aquilatar da existência ou não de uma maior abertura relativa da estrutura social. Não conseguimos apreender, pelos dados fornecidos, se estamos perante uma maior igualdade nas oportunidades relativas das diferentes classes sociais. Por outro lado, este estudo refere-se a uma amostra de habitantes em áreas urbanas com mais de 10.000 habitantes, onde em 1991 só vivia 34% da população portuguesa. Esta população será a que estará mais envolvida em processos de mobilidade geográfica e terá, pela lógica da centralidade, melhor acesso ao sistema de ensino e a oportunidades acrescidas no mercado de trabalho, beneficiando de uma maior e mais diversificada oferta de trabalho.

Uma análise adequada dos processos de mobilidade intergeracional terá que anular os efeitos das distribuições marginais, ou seja, neutralizar os efeitos das transformações estruturais ocorridas. Se as taxas brutas de mobilidade são importantes para enquadrar as conclusões a retirar, o objectivo principal é ter em conta a aproximação ou não das probabilidades relativas entre as localizações de classe. Para isso, utilizam-se os modelos log-lineares (Agresti, 1990; Erikson e Goldthorpe, 1993; Goodman, 1984; Hout, 1989, 1983). Estes medem a probabilidade relativa de um indivíduo estar no cruzamento de duas localizações, comparando com todas as outras localizações, e controlando estatisticamente para o efeito diferenciado das variáveis constrangedoras a definir pelo analista. Podemos, assim, aquilatar do efeito líquido de um conjunto de factores sobre as deslocações ou permanências dos indivíduos na estrutura social.

A estratégia analítica por nós adoptada segue de perto a definida por Erik Wright (1997: 149-168). O objectivo é ver a permeabilidade da estrutura social nas três dimensões definidas no quadro teórico — propriedade, qualificações e autoridade⁵ — e para a mobilidade intergeracional.

Modelos utilizados e definição das variáveis

⁴ Em 1990-1991, do total de alunos matriculados no sistema de ensino superior em Portugal, 55% eram do sexo feminino e este valor aumentava para 66% para os que concluíam os seus graus de ensino superior (Barreto, 1996: 93).

⁵ A dimensão da propriedade distingue entre os empregadores (trabalho

A operacionalização da estrutura de classes para os inquiridos e para os seus ascendentes segue os critérios definidos no Quadro 1 do Anexo. Na dimensão da propriedade, considera-se empregador todo o indivíduo que trabalhe por conta-própria e tenha assalariados, independentemente do número destes. Na pequena burguesia, os nossos critérios, devido à especificidade de Portugal, são diferentes. Criámos a localização de classe da pequena burguesia agrícola. Nas matrizes definidas, o movimento de e para a pequena burguesia agrícola não é considerado como mobilidade na dimensão da propriedade. Só o é se o movimento for de e para a pequena burguesia não-agrícola (ver Figura 1 do Anexo a este artigo para definição das matrizes de permeabilidade).

Quanto à autoridade, os gestores e supervisores são agregados criando duas localizações distintas conforme são qualificados ou não.

Nas qualificações, pelo baixo número dos peritos na classe de origem optámos por agregá-los aos trabalhadores qualificados. Esta agregação facilitará, em princípio, a permeabilidade da estrutura social ao movimento do operariado na dimensão das qualificações.

Para testar a permeabilidade relativa, foram construídas matrizes que definem os movimentos que são considerados como mobilidade nas três dimensões em análise. Foi também construída uma matriz de quasi-independência que anula os efeitos da diagonal na tabela de contingência classe de origem/classe do inquirido. Procurando explicitar se as probabi-

por conta-própria com empregados), a pequena-burguesia (trabalho por conta-própria sem empregados) e as restantes localizações de classe, que são simples assalariados. Para a mobilidade intergeracional agregámos, na categoria dos empregadores, os pequenos empregadores (1 a 9 empregados) e os capitalistas (10 e mais empregados). A dimensão da autoridade ou dos que possuem recursos organizacionais distingue os assalariados que ocupam cargos de gestão e de supervisão dos restantes assalariados. É considerado gestor todo o indivíduo que participa directamente na tomada de decisões sobre gestão de pessoal, recrutamento, estratégias, investimentos, etc. no seu local de trabalho, independentemente de este ser uma empresa privada ou pública ou um organismo do Estado. Supervisor é todo o indivíduo que tem sob as suas ordens outros indivíduos no seu local de trabalho.

Por último, o critério usado para diferenciar os inquiridos na dimensão das qualificações é a posse ou não de credenciais escolares e/ou de qualificações e formação profissionais. Nas credenciais escolares distinguiu-se entre os que tinham ou não o 12º ano ou equivalente, devido ao desenvolvimento e massificação tardios do sistema educativo português. A única excepção foi no tratamento das categorias profissionais que exigem uma licenciatura (advogados, engenheiros, professores do ensino superior, etc.). Para mais pormenores ver Quadro 1 do Anexo.

lidades de permeabilidade, de movimento, entre a localização dos trabalhadores e as outras localizações de classe apresentam um padrão específico, controlando para o efeito das outras variáveis, foi construída uma matriz que define os movimentos de mobilidade entre os trabalhadores e as outras classes. Isto permitirá detectar quais as localizações que se apresentam como maiores obstáculos à deslocação dos trabalhadores e, concomitantemente, qual o efeito específico de cada uma das dimensões definidas (propriedade, autoridade e qualificações).

Cabe referir que, no quadro teórico em presença, as deslocações na estrutura social são tidas como deslocações topológicas (Wright, 1997; Hout, 1983; Erikson e Goldthorpe, 1993). Ou seja, não procedemos a nenhuma ordenação hierárquica ou a uma gradação das localizações de classe, não se podendo falar de mobilidade ascendente ou descendente.

Os modelos log-lineares utilizados são os seguintes:

$$\log F_{ijk} = O + D + QI \quad (\text{Base})$$

$$\log F_{ijk} = \text{Modelo de Base} + \text{Propriedade} + \text{Autoridade} + \text{Qualificações} \quad (1)$$

$$\log F_{ijk} = \text{Modelo (1)} + \text{Trabalhador} \quad (2)$$

em que O e D são as duas dimensões da matriz de permeabilidade (origens e destinos na análise da mobilidade); QI é a matriz de quasi-independência; Propriedade, Autoridade, Qualificações e Trabalhador são as variáveis definidas pelas matrizes da Figura 1, Anexo; F_{ijk} é a frequência esperada na célula ijk da matriz 7×7 das origens e destinos.

Interessa-nos analisar a intensidade relativa dos coeficientes das três variáveis que medem a permeabilidade, isto é, a Propriedade, a Autoridade e as Qualificações. Estes coeficientes indicam-nos o logaritmo das probabilidades de ocorrer uma deslocação que ultrapasse cada uma das barreiras definidas, contra as probabilidades de isso não acontecer. A diferença entre os coeficientes será o logaritmo de um rácio de probabilidades, uma medida da permeabilidade relativa de uma das dimensões quando comparada com as outras.

O modelo (1) é um simples modelo aditivo dos acontecimentos de permeabilidade. O modelo (2) acrescenta o efeito da localização dos trabalhadores. Mede se há diferença significativa na permeabilidade entre os trabalhadores e as outras localizações de classe ou se, pelo contrário, a permeabilidade daqueles não tem um padrão distinto das outras localizações.

Com base em Erik Olin Wright (1997:175) estabelecemos as seguintes hipóteses:

— Hipótese 1: A dimensão da autoridade será a mais permeável das três dimensões de classe em análise;

— Hipótese 2: Hipótese Marxista. A ordenação das três dimensões de classe, da menos permeável à mais permeável, será propriedade, qualificações e autoridade;

— Hipótese 3: Hipótese do capital cultural (Bourdieu). A ordenação das três dimensões de classe, da menos permeável à mais permeável, será qualificações, propriedade e autoridade;

— Hipótese 4: A ordenação das três dimensões de classe quanto à mobilidade intergeracional será a mesma para os homens e para as mulheres;

— Hipótese 5: Hipótese do efeito da classe de família (Goldthorpe). A permeabilidade das fronteiras de classe para as mulheres será maior quando a unidade de análise utilizada for os indivíduos do que quando for a classe da família.

RESULTADOS

A Mobilidade Estrutural

A análise das taxas brutas de mobilidade social, como afirmámos atrás, permite um melhor enquadramento dos dados e apreender a extensão das transformações estruturais ocorridas numa dada sociedade. O Quadro 1, com os dados agregados e para as localizações de classe por nós definidas, indica-nos a percentagem de indivíduos que, para os fluxos de saída (taxa de retenção) e para os fluxos de entrada (taxa de recrutamento), não estão na mesma localização de origem.⁶

Para os fluxos de saída (coluna 1), a capacidade de retenção é bastante baixa. Excepto para a pequena-burguesia agrícola, que tem uma taxa de retenção média, e para os trabalhadores, com uma taxa de retenção bastante elevada.

Para os fluxos de entrada, apesar de algumas variações, a lógica é a mesma. A estrutura apresenta um grau de abertura elevado e, por consequência, movimentos substanciais entre as localizações de classe que possuem propriedade, autoridade e qualificações. As oportunidades sociais, as probabilidades de mobilidade, são significativas nestas localiza-

⁶ Os dados derivam de um inquérito aplicado entre Abril e Novembro de 1995 a uma amostra representativa da população activa portuguesa com mais de 18 anos. Para os pormenores técnicos sobre a construção desse inquérito ver Elísio Estanque e José Manuel Mendes (no prelo).

QUADRO 1

Percentagem de indivíduos que, para cada localização de classe, não se encontram na mesma classe que a de origem, para os fluxos de saída e para os fluxos de entrada (total da amostra).

	% que não estão na classe de origem (fluxos de saída)	% que não estão na classe de origem (fluxos de entrada)
Empregadores	84.5	79.1
Pequen. Burg. Não-Agrícola	79.5	72.3
Pequen. Burg. Agrícola	58.7	51.5
Gestores e Supervisores Qualificados	83.3	90.2
Gestores e Supervisores Não-Qualificados	84.1	84.7
Peritos e Trab. Qualificados	72.2	94.4
Trabalhadores	38.3	38.4

135

ções de classe. Interessante é verificar que, nas localizações de classe privilegiadas na dimensão da propriedade, a capacidade de retenção é baixa, não podendo falar-se de uma reprodução dos detentores do capital económico. Contudo, a actividade agrícola mostra uma taxa razoável de retenção, pensamos nós que, nesta fase, pelos atractivos que oferece e pela lógica de reprodução do património. Onde a estrutura é bastante rígida é nas possibilidades de deslocação de e para a localização de classe dos trabalhadores. Ou seja, para os que não possuem qualquer dos recursos de exploração (propriedade, autoridade ou qualificações), como foram definidos no modelo teórico que estamos a utilizar, as oportunidades que se apresentam são mínimas. A reprodução social nos mais desfavorecidos é bastante acentuada. Pode falar-se de uma estrutura dual. Nos que partem de uma situação em que possuem algum dos recursos de exploração, as suas probabilidades de mobilidade, medidas pelas taxas brutas, são relativamente elevadas, só dificilmente se deslocando para a localização de trabalhadores. Os que não possuem nenhum dos recursos valorizados terão o destino traçado.

Existirão diferenças entre os dois sexos nas taxas brutas de mobilidade? O Quadro 2 mostra os fluxos de saída e de entrada para os homens e as mulheres da nossa amostra.

Se há algumas oscilações, o padrão permanece o mesmo. As mudanças estruturais ocorridas no nosso país

afectam de igual modo os dois sexos e para as diferentes localizações de classe. A reprodução social dos trabalhadores é, também, um facto para homens e mulheres.

QUADRO 2
Percentagem de indivíduos que, para cada localização de classe, não se encontram na mesma classe que a de origem, para os fluxos de saída e para os fluxos de entrada (homens e mulheres)

	% que não estão na classe de origem (fluxos de saída)		% que não estão na classe de origem (fluxos de entrada)	
	H	M	H	M
Empregadores	77.2	91.5	78.2	80.8
Peq. Burg. Não Agrícola	80.2	81.0	74.2	70.4
Peq. Burg. Agrícola	63.3	52.3	49.2	53.7
Gest. e Sup. Qualific.	80.0	87.5	87.9	92.9
Gest. e Sup. Não-Qualific	83.0	86.2	83.3	87.1
Peritos e Trab. Qualific	77.8	66.7	95.3	93.5
Trabalhadores	40.0	35.9	38.1	38.8

136

Mobilidade intergeracional

A análise das taxas brutas só nos permite ter uma ideia global dos padrões de mobilidade social. Para uma apreensão correcta, há que determinar as probabilidades relativas de deslocação na estrutura social. As oportunidades relativas para as diferentes classes ter-se-ão aproximado? Em que dimensões há maiores probabilidades de deslocação? É a estrutura social em Portugal relativamente permeável e, por conseguinte, mais democrática? Qual o papel das qualificações e do sistema de ensino na igualização de oportunidades? Qual o papel da diferença sexual? Para tal aplicaremos os modelos log-lineares,⁷ descritos atrás, às tabelas de contingência que cruzam a classe de origem com a classe dos inquiridos.

Começaremos por analisar os coeficientes de permeabilidade à mobilidade social para o total da amostra nacional.

⁷ O programa estatístico utilizado foi o GLIM 4, actualização 8, que correu num sistema central DEC ALPHA AXP OSF1.

QUADRO 3

Estimativas dos parâmetros para a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade em Portugal: total da amostra (indivíduos que exercem actividade económica)

Variável	Coefficiente (erro-padrão)	Anti-logaritmo
<i>Coefficientes que medem o cruzar de fronteiras</i>		
PROPRIEDADE	-0.21 (.122) #	.80
AUTORIDADE	-0.27 (.107) **	.76
QUALIFICAÇÕES	-0.66 (.180) ***	.52
Desvio de escala (26 graus lib.)	71.8	
Desvio de escala do modelo de base (29 gl)	88.3	
Melhoramento no ajustamento (3 gl)	16.5	

Níveis de significância (testes de duas caudas): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

Níveis de significância (teste de uma cauda) : # p .05 (aplicado sempre que a hipótese for direccional)

O Quadro 3 indica que o modelo 1 melhora o modelo de base. O coeficiente global (L^2) decresce 16.49 pontos para 3 graus de liberdade. Os valores negativos das qualificações e da autoridade, que são estatisticamente significativos, apresentam estas dimensões como obstáculos à mobilidade intergeracional. A propriedade aparece como relativamente permeável. A análise das diferenças entre os coeficientes mostra que as qualificações são menos permeáveis quando comparadas tanto com a propriedade como com a autoridade. Apesar de a autoridade ser estatisticamente mais significativa como obstáculo, o valor do coeficiente não se distingue, comparativamente, do efeito da Propriedade. A Hipótese 1, que postulava que a autoridade seria a dimensão mais permeável, tem que ser rejeitada. O mesmo acontece com a Hipótese 2, a hipótese marxista de preponderância da propriedade como obstáculo à mobilidade. Esta hipótese tinha sido confirmada por Erik Wright (1997) para os países capitalistas. Em Portugal, é a Hipótese 3 (valor das qualificações) que é parcialmente aceite, uma vez que postulava que a propriedade seria um obstáculo maior à mobilidade intergeracional do que a autoridade, quando em Portugal é a autoridade que emerge como uma barreira mais significativa à mobilidade dos indivíduos entre as localizações de classe.

A introdução da variável que mede as probabilidades relativas de mobilidade dos trabalhadores para as outras localizações de classe não melhora em nada o modelo em análise. Estes resultados vão também contra as conclusões de Erik Wright para os países avançados. A mobilidade líquida dos trabalhadores em Portugal não se distingue dos padrões de mobilidade das outras localizações de classe.

O papel da educação na manutenção da posição social ou na ascensão social em Portugal já foi salientado por Sérgio Grácio (1992: 228-238; 1986: 139-144;). Este autor mostra que houve uma deslocação para cima na estrutura social concomitante com a procura massificada de educação, assistindo-se a uma acentuada desvalorização dos diplomas. Ou seja, para os mesmos lugares na estrutura social, sobretudo os mais valorizados socialmente, são necessárias mais qualificações. As distâncias relativas entre as classes sociais no acesso e nas oportunidades escolares e nas oportunidades de emprego mantêm-se, podendo falar-se de uma forte mobilidade estrutural e absoluta mas não de taxas de mobilidade social relativas elevadas.

Robert Erikson e John Goldthorpe (1993: 72-85) chamam a atenção, na análise da mobilidade social, para o efeito de geração. Isto é, num inquérito transversal como o nosso estamos a analisar processos que afectam indivíduos de diferentes coortes, que se inseriram e deslocaram no mercado de emprego em épocas distintas e com características estruturais específicas. As estruturas de oportunidade seriam diferenciadas e, por consequência, os processos de mobilidade. Procurámos testar tais efeitos. Definimos três coortes: menos de 35 anos, dos 35 aos 45 anos e mais de 45 anos. Nos que têm menos de 35 anos (homens e mulheres agregados), e que terão entrado no mercado de trabalho a meio da década de 70, o único coeficiente que se mostra estatisticamente significativo é o das qualificações (-.71; erro-padrão = .252; significativo para $p < .01$). Já se nota, nas oportunidades de deslocação na estrutura social, o efeito da massificação do sistema de ensino, com uma crescente valorização das credenciais (credencialização que é referida por Sérgio Grácio, 1992 e 1986).

Nos que têm entre 35 e 45 anos, os coeficientes estatisticamente significativos são a propriedade (-.49; erro-padrão = .237; significativo para $p < .05$) e a autoridade (-.47; erro-padrão = .208; significativo para $p < .05$). Tendo entrado no mercado de trabalho entre os meados da década de 60 e os

meados da década de 70, as qualificações não apareciam como obstáculo à mobilidade, estruturando-se as oportunidades pela posse ou não dos meios de produção e pela posição na estrutura hierárquica das organizações.

Por último, nos que têm mais de 45 anos, e que entraram no mercado de trabalho antes dos anos 60, nenhum dos coeficientes se mostra estatisticamente significativo. É nesta coorte que a reprodução social, pelos critérios em análise, se apresenta como mínima. A industrialização do país e o início do processo migratório para as áreas urbanas criaram oportunidades de mobilidade social. Claro que estamos a analisar indivíduos já estabilizados na sua trajectória profissional, tendo beneficiado de uma mobilidade intrageracional significativa. O certo é que os indicadores disponíveis indicam um afastamento significativo das localizações sociais de origem para estes indivíduos. Interessante é verificar que, para as coortes definidas, a introdução nos modelos dos movimentos líquidos dos trabalhadores para as outras localizações de classe não altera os resultados. A mobilidade dos trabalhadores, como tinha acontecido para a análise do total da amostra, não adopta padrões diferenciados, inserindo-se na lógica e dinâmica das deslocações das outras classes sociais.

A diferença dos processos de mobilidade social entre Portugal e os países capitalistas avançados fica demonstrada. Infelizmente, Erik Wright não inclui na sua análise países de desenvolvimento intermédio. Procurámos colmatar tal falha comparando os dados portugueses com países de características estruturais semelhantes, a respeito dos quais existem dados acessíveis.

Numa análise preliminar, seguindo as mesmas tipologias e a mesma metodologia por nós utilizada, procedemos à comparação de Portugal com a Formosa e com a Coreia de Sul quanto aos padrões de mobilidade social.⁸ A estrutura social dos três países é semelhante quanto ao peso dos empregadores e da pequena-burguesia. O arranque e o processo de industrialização, apesar de terem lógicas e dinâmicas totalmente distintas, datam do mesmo período. Outra semelhança é o forte peso dos camponeses na estrutura

⁸ Queremos agradecer a Sungkyun Lee, aluno do programa de doutoramento em Sociologia da Universidade de Wisconsin-Madison e orientando do Prof. Erik O. Wright, a colaboração prestada.

A Especificidade dos Países Semiperiféricos

social, que se mantém até hoje. A massificação do sistema de ensino superior data também dos anos 60.

Comparando os modelos para os três países, e com os dados agregados, os padrões de mobilidade social revelam-se muito semelhantes. As qualificações aparecem como o coeficiente mais impermeável (-.74; erro-padrão de 0.07; significativo a $p < .001$). A autoridade aparece como bastante permeável (-.29; erro-padrão de 0.05; significativo a $p < .001$) e a propriedade como totalmente permeável (-.05; erro-padrão de 0.06)⁹. Estas semelhanças são interessantes, apesar da grande diferença quanto à especialização industrial e ao poderio económico dos três países. Podemos salientar como factores estruturadores desta similitude dos processos de mobilidade intergeracional: a capacidade de reprodução económica da pequena-burguesia (agrária e não-agrária), a capacidade de reprodução pela credencialização dos detentores de qualificações (gestores e supervisores credenciados e peritos) e a reconversão do capital económico em capital escolar pelos empregadores. O papel da economia informal também contribuirá para a manutenção do peso morfológico da pequena-burguesia não-agrária, sobretudo no sector do comércio.

Assim, em sociedades de desenvolvimento tardio, e com lógicas distintas, as qualificações serão o factor essencial de reprodução da estrutura social. O efeito da propriedade, essencial nos países capitalistas avançados, terá pouco impacto, devido à presença de uma pequena-burguesia forte, com capacidade de acumulação e reprodução dos meios de produção. Estabelecer-se por conta-própria permanecerá um objectivo prioritário e um ponto de passagem de muitos indivíduos em deslocação na estrutura social, acedendo muitos à posição de empregadores.

A autoridade terá também um peso relativo significativo, sobretudo devido a uma menor capacidade de mobilidade inter-organizações e a uma estrutura de carreiras dual, em que os movimentos de empregado para supervisor e de supervisor para gestor são bastante difíceis e tardios na trajectória profissional. O capital social, actuando no recruta-

⁹ Poder-se-ia argumentar que a permeabilidade na dimensão da propriedade seria devida ao nosso critério de considerar o movimento de e para a pequena-burguesia não agrícola como mobilidade. Aplicando os modelos com o critério igual ao definido por Erik Wright, isto é, considerando mobilidade só o movimento de e para a categoria dos empregadores, os resultados permanecem inalterados.

mento e na trajetória profissional e na hierarquia das organizações, permitirá evitar a queda social dos que, mesmo não tendo apostado nas credenciais formais, são oriundos das localizações de classe com autoridade no interior das organizações.

Estes processos podem não ser específicos de países de desenvolvimento intermédio, estando também presentes em países que, apesar de desenvolvidos, têm um forte peso da pequena burguesia, tais como o Japão, a França e a Espanha (para França ver Bourdieu, 1979; para a Espanha ver González, 1992). O peso morfológico desta localização de classe será crucial na compreensão dos processos de mobilidade social.

Com estes resultados podemos avançar as seguintes hipóteses:

— Em países de desenvolvimento intermédio, onde a pequena-burguesia mantém um peso estrutural acentuado, a propriedade não constitui um obstáculo à mobilidade social;

— Em países nas mesmas condições, são as qualificações o grande obstáculo à mobilidade social;

— Recuperando um dos pilares da teoria marxista, poder-se-á postular que os factores estruturais (desenvolvimento tardio, mas sobretudo, a manutenção da pequena-burguesia e a economia informal) limitam e condicionam as lógicas de mobilidade e de reprodução social.

Para a análise ser coerente e comparável com os outros países analisados por Erik Wright, há que distinguir os padrões de mobilidade dos homens e das mulheres.¹⁰

No Quadro 4 podemos ver os coeficientes para a mobilidade dos homens. Aqui, as três dimensões aparecem como obstáculos significativos à mobilidade intergeracional. As probabilidades relativas de mobilidade (calculada aplicando os anti-logaritmos aos coeficientes) variam entre os 44% para as qualificações e os 67% para a propriedade. Apesar de os coeficientes terem intensidades distintas, as diferenças entre eles não são estatisticamente significativas. Assim, as qualificações, a autoridade e a propriedade exercem efeitos conjuntos, não sendo possível ordená-los pela sua intensidade. Estamos perante uma estrutura social que, para os homens,

A Mobilidade Intergeracional e a Diferença Sexual

¹⁰ Devido ao tamanho da amostra não podemos analisar as coortes atrás definidas para os dois sexos.

QUADRO 4

Estimativas dos parâmetros para a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade em Portugal: homens que exercem actividade económica

Variável	Coefficiente (erro-padrão)	Anti-logaritmo
<i>Coefficientes que medem o cruzar de fronteiras</i>		
PROPRIEDADE	-0.39 (.169)*	.67
AUTORIDADE	-0.47 (.143) ***	.62
QUALIFICAÇÕES	-0.82 (.254) ***	.44
Desvio de escala (26 graus lib.)	40.5	
Desvio de escala do modelo de base (29 gl)	58.9	
Melhoramento no ajustamento (3 gl)	18.4	

Níveis de significância (testes de duas caudas): * $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

se apresenta como rígida, com uma forte homogeneidade na mobilidade intergeracional. Uma grande parte dos homens acaba na mesma localização de classe do agregado onde foi criado. As grandes transformações ocorridas na composição sócio-profissional em Portugal, nas últimas décadas, não conduziram a uma maior abertura da estrutura social e a uma maior igualdade de oportunidades. Se a estrutura social se modificou de uma forma acentuada, através da recomposição sectorial e profissional, as probabilidades relativas de mobilidade não sofreram grandes alterações. As distâncias relativas entre as localizações de classe, no que se refere aos homens, mantiveram-se. Assistimos, assim, a uma reprodução social significativa. A mobilidade dos homens com a localização de classe de trabalhadores não se distingue da mobilidade dos outros homens.

Apesar de a maioria dos estudos analisar a mobilidade social tendo em conta só os movimentos dos homens¹¹, achamos que uma análise das trajectórias das mulheres nos pode elucidar sobre as desigualdades sexuais da estrutura social. Por outro lado, a situação específica das mulheres no

¹¹ O estudo de Marshall *et al.* (1989) é uma excepção. Erikson e Goldthorpe (1993), apesar de dedicarem um capítulo à mobilidade das mulheres, concluem pela não adequabilidade da sua análise separada e optam pela análise exclusiva dos padrões de mobilidade dos homens extrapolando as conclusões para a mobilidade das mulheres. Isto com o argumento de que a unidade de análise é o agregado familiar e que a classe das mulheres e a sua identificação política e social é mediada pelas posições sociais dos maridos.

mercado de trabalho em Portugal, com uma das maiores taxas de actividade da Europa e uma forte feminização do sistema de ensino superior, aconselha a que se tenha em atenção os processos de mobilidade que as afectam. Cabe realçar que é só analisada a situação de classe das mulheres que exercem actividade económica. Os processos de mobilidade das mulheres que se declararam domésticas ou que se encontravam desempregadas não entram na nossa análise.

Procederemos a uma análise dos padrões de mobilidade das mulheres através das localizações de classe directa (posição actual das mulheres que responderam ao inquérito comparada com a classe de origem) e das localizações de classe directa/indirecta (localização de classe do cônjuge e das mulheres que não são casadas com a classe de origem delas). Procuraremos testar a hipótese de Erik Erikson e John Goldthorpe (1993: 231-277) e de Goldthorpe (1987: 277-303) de que as localizações de classe das mulheres são mediadas pelas localizações de classe dos maridos, sendo esta mais importante na análise dos padrões de mobilidade. Ou seja, pela análise das localizações de classe do marido, verificar-se-ia uma maior rigidez da estrutura social, tornando-se esta mais impermeável do que pela análise isolada dos movimentos das mulheres.

QUADRO 5

Estimativas dos parâmetros para a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade em Portugal: mulheres comparadas com os homens (ambos exercem actividade económica)

Variável	Coeficiente (erro-padrão)		
	Mulheres: classe directa ^a	Mulheres: classe mediada/directa	Homens: classe directa
<i>Coefficientes que medem o cruzar de fronteiras</i>			
PROPRIEDADE	-0.05 (.180)	-0.38 (.253)	-0.39 (.169)*
AUTORIDADE	-0.05 (.167)	-0.32 (.221)	-0.47 (.143) ***
QUALIFICAÇÕES	-0.47 (.271) #	-0.40 (.336)	-0.82 (.254) ***
Desvio de escala (26 graus lib.)	51.0	40.3	40.5
Desvio de escala do modelo de base (29 gl)	53.8	45.2	58.9
Melhoramento no ajustamento (3 gl)	2.8	4.9	18.4

Níveis de significância (testes de duas caudas): * p < .05 ** p < .01 *** p .001

Níveis de significância (teste de uma cauda) : # p .05 (aplicado sempre que a hipótese for direccional)

O Quadro 5 (coluna 1) mostra os coeficientes para as mulheres, comparando também com os dos homens. A propriedade, as qualificações e a autoridade não aparecem como obstáculos à mobilidade intergeracional das mulheres. As probabilidades relativas são bastante elevadas para a propriedade e para a autoridade. As qualificações aparecem como relativamente permeáveis, sendo as probabilidades de mobilidade nesta dimensão de 62%.

Comparativamente aos dados referentes à mobilidade social masculina, a estrutura social apresenta-se bastante permeável. A Hipótese 4, que postulava que a ordenação das três dimensões de classe na mobilidade intergeracional era igual para os homens e mulheres tem que ser rejeitada. Não pode falar-se, a partir destes indicadores, de uma reprodução das localizações de classe das mulheres. A introdução do movimento na estrutura das mulheres trabalhadoras não mostra qualquer especificidade. Os padrões de mobilidade nestas mulheres não se distinguem dos das outras localizações. De salientar, contudo, que a deslocação de mulheres trabalhadoras para a localização peritas/trabalhadoras qualificadas se mostra mais difícil. As qualificações aparecem aqui como um obstáculo relativo à mobilidade das mulheres trabalhadoras.

A permeabilidade da estrutura social para as mulheres poderá ter a ver com uma hipotética hipergamia, em que as mulheres escapariam às localizações de origem pelo casamento? Podemos testar a hipótese de Goldthorpe e verificar se o padrão de mobilidade das mulheres se altera pela análise dos efeitos indirectos de classe.

Pela análise da segunda coluna do Quadro 5, verificamos que o perfil de mobilidade mantém-se exactamente o mesmo. Todas as conclusões avançadas atrás mantêm-se. A hipótese de Goldthorpe (Hipótese 5) não se afigura como adequada. Não há diferenças na análise a partir da classe individual das mulheres e da classe de família. Já o mesmo tinha concluído Erik Wright (1997: 193) para os países desenvolvidos incluídos no seu estudo. Os padrões de mobilidade intergeracional e, conseqüentemente, a análise para todas as variáveis concernentes à estrutura social, terão forçosamente que distinguir a situação específica das mulheres. Não podemos analisar a situação de classe e a mobilidade das mulheres que exercem actividade económica extrapolando a partir da classe indirecta. A compreensão das transformações sócio-profissionais em Portugal exige uma atenção extrema

aos efeitos estruturadores da diferença sexual. Teremos que ter presentes duas lógicas sociais quanto aos agregados domésticos: a da esfera do consumo e a da produção. Ou seja, o agregado, enquanto unidade de consumo, terá que ser analisado numa lógica de classe da família, dado que as estratégias de consumo passarão por uma acção concertada dos membros do mesmo. Mas, na esfera de inserção na produção dos homens e das mulheres, os processos sociais, as lógicas e os mecanismos presentes serão totalmente diferentes. Aqui será a classe individual, a classe imediata, a ter maior peso.

Vamos agora tentar explicitar a lógica das dinâmicas em presença, analisando com mais pormenor a relação entre as localizações de classe e a aposta na escolarização formal. Utilizámos como variável dependente dicotómica a probabilidade de ter mais que o 9º ano de escolaridade.¹² Devido à presença de coortes distintas na amostra e ao atraso geral das taxas de escolarização no nosso país, convençionámos estabelecer este nível de escolaridade como um critério lato de credencialização. Como variáveis independentes definimos a localização de classe de origem, o sexo do inquirido e a idade. Utilizando a regressão logística, podemos ver os resultados no Quadro 6.

De uma forma geral, e analisando os coeficientes de correlação parcial, que não são mostrados no quadro, podemos afirmar que a classe de origem tem o maior efeito líquido, seguido da idade. O sexo, quando se controla para a classe de origem e a idade, deixa de ter praticamente efeito.

O efeito das diferentes localizações de classe é diferenciado. As seguintes classes têm uma relação forte com uma escolarização prolongada dos descendentes: os empregadores, os gestores e supervisores qualificados e os gestores e supervisores não-qualificados. Por outro lado, a pequena-burguesia (agrícola e não-agrícola) e os trabalhadores têm uma relação negativa com a escolarização prolongada. Para os peritos, a relação estatística não é significativa.

Cruzando estes resultados com as conclusões da análise da permeabilidade da estrutura social, podemos avançar algumas hipóteses sobre a dinâmica e a lógica dos proces-

A Relação das Classes Sociais com a Educação

¹² Variável dicotómica em que aos indivíduos que têm mais que o 9º ano são codificados com o valor 1 e os restantes com o valor 0.

QUADRO 6
Regressão logística da probabilidade dos inquiridos
terem 9 ou mais anos de escolaridade (total da amostra)

Variáveis independentes	Coefficiente
Constante	1.51
Classe de origem:	
Empregadores	0.51*
Pequena-Burguesia	-1.09***
Pequena-Burguesia Agrícola	-1.71***
Gestores e Supervisores Qualificados	1.96***
Gestores e Sup Não Qualificados	0.56*
Peritos e Trabalhadores Qualificados	0.72
Trabalhadores	-0.93 ^a
Sexo do inquirido	-0.15*
Idade	-0.04***

Níveis de significância: * $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p .001$

a. A categoria trabalhador foi a usada como referência na variável classe de origem. Para a classe o método usado foi o do cálculo do efeito de cada categoria comparado com o feito médio de todas as categorias (esquema de codificação do desvio). O valor da categoria de referência (trabalhador) é calculado como o negativo da soma dos outros coeficientes. Tal dá-nos o sentido e a intensidade do coeficiente, mas não o seu erro-padrão e o seu nível de significância.

Variáveis:

Variável dependente: Escolaridade: 9 ou mais anos de escolaridade (codificado 1) e menos que 9 anos de escolaridade (codificado 0);

Variáveis independentes:

1. Classe de origem: 6 variáveis dicotómicas (1 e 0): Empregadores, Pequena-Burguesia, Pequena-Burguesia Agrícola; Gestores e Supervisores Qualificados, Gestores e Supervisores Não-Qualificados, Peritos e Trabalhadores Qualificados. A categoria Trabalhadores é a categoria de referência.
2. Sexo: variável dicotómica (masculino =1 e feminino=0). 3 Idade: variável contínua.

sos de mobilidade social em Portugal. As classes privilegiadas a nível económico (empregadores) apostaram na escolarização, como forma de reprodução, reconversão e legitimação do capital que detêm e de adaptação às transformações sociais e profissionais. Mas, o processo é diferenciado conforme o sexo. Os homens com esta origem de classe conseguem instalar-se como empregadores (impermeabilidade relativa da estrutura social). A sua reprodução social está

assegurada e legitimada por níveis de escolaridade elevados. As mulheres, dado que para elas a estrutura é permeável, conseguem reconverter a sua posição, tendo maior probabilidade relativa de acesso a empregos que exigem qualificações elevadas.

Os gestores e supervisores qualificados, pela aposta na escolarização, conseguem assegurar a reprodução social dos seus descendentes do sexo masculino. Para as mulheres, a estrutura social é mais porosa, podendo manter-se ou não nesta classe de origem. Terão que concorrer com as mulheres oriundas de outras localizações e que apostaram na escolarização (empregadores e gestores e supervisores não qualificados). O papel das redes sociais, do capital social, será crucial no recrutamento e trajectória social destas mulheres.

A aposta na escolarização é também visível nos gestores e supervisores não-qualificados. Tendo acedido aos cargos que ocupam numa fase em que as exigências em qualificações não eram elevadas, reconhecem, pela posição estrutural que ocupam, o papel das credenciais. Ocupando uma posição de autoridade nas organizações, activarão as redes sociais em que se inserem para obviar à queda social dos seus descendentes, sobretudo nos homens, onde a autoridade também aparece como relativamente impermeável. Um dado que corrobora o papel das redes de conhecimento pessoal, é o facto de que 26.7% dos descendentes (masculinos e femininos) de gestores e supervisores não-qualificados, e que possuem somente entre 4 e 9 anos de escolaridade, se encontram na posição de gestores e supervisores qualificados e não-qualificados. Apesar das baixas qualificações formais, conseguiram reproduzir a posição de autoridade que os pais mantinham nas organizações. Pelo contrário, somente 6.4% dos filhos de trabalhadores com as mesmas qualificações conseguem ter acesso a posições semelhantes.

Para a pequena burguesia (agrária e não-agrária) a sua reprodução social não passa privilegiadamente pela escola. Apostam na reprodução do capital económico e na sua acumulação no tempo, permitindo a instalação dos descendentes por conta-própria ou até como empregadores. A quase certeza de acesso a posições semelhantes à dos pais afasta muitos dos jovens oriundos desta localização de classe da escolarização prolongada, por um processo de auto-exclusão ou de reprodução pela escola das desigualdades de oportunidade. Para as mulheres, isto significará uma maior probabili-

dade relativa de queda na classe trabalhadora, dado que terão menos credenciais escolares e a probabilidade de manterem a propriedade se apresenta, para elas, como mais ténue.

A reprodução da posição de trabalhador apresenta-se quase como certa para os indivíduos da nossa amostra. Tal já era visível a partir da análise das taxas brutas de mobilidade. A sua relação negativa com a escolarização prolongada, numa estrutura social onde as qualificações aparecem como cruciais, não permitirá a aquisição de recursos essenciais para a sua deslocação na estrutura social. As taxas brutas de mobilidade social, atrás analisadas, já indiciavam uma forte homogeneidade nos movimentos de saída e de entrada nesta localização de classe. A rigidez da estrutura social em Portugal fica patente por esta quase inevitabilidade da posição social dos trabalhadores.

Classes, Diferença Sexual e Ensino Superior

Tendo em conta que, pela análise atrás efectuada, as coortes têm processos de mobilidade diferenciados, e estando atentos à crescente feminização do sistema de ensino superior, achámos legítimo perguntar como se estruturam, para as diferentes localizações de classe, as oportunidades dos mais jovens e para os dois sexos. Assim, fomos verificar qual a relação entre a classe de origem e a probabilidade de ter um curso ou frequência de ensino superior para os que têm menos de 35 anos (Quadro 7). De uma forma geral, constatámos que as mulheres têm maiores probabilidades de acesso a este nível de ensino. As excepções são as localizações de classe da pequena burguesia (agrícola e não-agrícola).

Para os empregadores a relação é de 31.6% para os homens e 42.1% para as mulheres. Nesta localização de classe confirma-se a tendência, descrita atrás, de maior aposta na reconversão do capital económico em capital cultural para as mulheres. Na pequena burguesia não-agrícola, 4% dos homens e 4.2% das mulheres têm este nível de ensino. A reprodução desta localização de classe passa totalmente pela transmissão do capital económico detido. E a não aposta dos dois sexos na escolarização de nível superior indica-nos que os agentes vêem essa reprodução como quase certa.

As suas expectativas de mobilidade não passam pela escola, e isto para os dois sexos, sendo o papel das redes e

do património familiares crucial. Se se fala, actualmente, de uma crise do pequeno comércio e de outras actividades com características estruturais semelhantes, tal parece não se reflectir nas estratégias e expectativas dos elementos mais jovens cujos agregados familiares possuem estas localizações de classe. Não acreditamos num desfasamento entre as expectativas e as oportunidades reais, uma vez que aqui as hipóteses de instalação são visíveis e concretas.

QUADRO 7

Percentagem de inquiridos com menos de 35 anos e que têm um diploma de ensino superior (por localização de classe e sexo)

Localização de classe	Homens	Mulheres
Empregadores	31.6	42.1
Pequena Burguesia	4.0	4.2
Pequena Burguesia Agrícola	19.0	5.9
Gestores e Supervisores Qualificados	36.4	71.4
Gestores e Supervisores Não Qualificados	18.5	27.3
Peritos e Trabalhadores Qualificados	16.7	40.0
Trabalhadores	8.1	19.5

Nota: o quadro lê-se da seguinte forma: para a primeira linha, do total dos nossos inquiridos do sexo masculino cujos pais tinham como localização de classe «Empregadores» e têm menos de 35 anos, 31.6% têm um diploma do ensino superior.

Na pequena-burguesia agrícola, 19% dos homens e 5.9% das mulheres conseguiram atingir o nível de ensino superior. Aqui, as estratégias são diferenciadas para os dois sexos, denotando o efeito de um sector em crise. Interessante é verificar que, nesta localização de classe, não há diferenças entre os dois sexos nos níveis de escolarização inferiores ao 9º ano. Onde essa diferença emerge é nos que têm entre 9 e 12 anos de escolaridade (4.8% para os homens e 17.6% nas mulheres) e, como já vimos, nos níveis de ensino superior. Os homens que conseguem sobreviver no sistema de ensino optam pelo prolongamento dos estudos. Por que não passam as aspirações sociais das mulheres pela escolarização de nível superior? Os factores que as afastam deste nível de

escolaridade serão múltiplos. Só podemos avançar com interrogações hipotéticas. Aposta deliberada dos agregados nos descendentes masculinos? Inserção precoce das mulheres no mercado de emprego e no mercado matrimonial? Efeitos de um modelo tradicional, onde a mulher nos agregados ligados à agricultura era sistematicamente afastada da escolarização?

Nos homens cujos pais eram gestores e supervisores qualificados, 36.4% têm nível de ensino superior. Nas mulheres, esse valor é de 71.4%. Como tinha sido afirmado atrás, a estrutura social é mais porosa para as mulheres, ou seja, as probabilidades de mobilidade são maiores. Os dados aqui descritos parecem apontar para um conjunto de estratégias explícitas nesta localização de classe (dos agregados e dos indivíduos), sobretudo quanto ao caso das mulheres. Há a consciência clara de que reprodução social das mulheres passará necessariamente pelas credenciais. Esta consciência, e consequente aposta na escola, conduzirá a uma maior vantagem das mulheres no mercado de trabalho, apresentando-se estas, nesta localização da classe de origem, com maiores recursos educativos do que os homens.

Nos gestores e supervisores não-credencializados, 18.5% dos homens e 27.3% das mulheres possuem uma escolaridade prolongada. Esta localização de classe, como argumentámos antes, tem consciência do papel destes níveis de escolaridade nas oportunidades sociais. Contudo, os seus descendentes não aparecem como particularmente favorecidos. Não possuímos dados que permitem explicitar os factores e dinâmicas em presença. Auto-exclusão precoce do sistema de ensino, por os pais terem menores recursos educativos? Avaliação errada das suas probabilidades de reprodução, sobrestimando o valor no mercado do capital de autoridade e do capital social dos pais? Selecção do sistema escolar, elitista e reproduzidor das desigualdades?

Nos peritos e trabalhadores qualificados 16.7% dos homens e 40.0% das mulheres conseguiram atingir o nível de ensino superior. O que se disse sobre os gestores e supervisores qualificados também se aplica aqui. Para estas duas localizações de classe e para os homens, o sistema de ensino funcionará como factor de confirmação do capital cultural possuído pelos agregados de origem. Mas verifica-se que a aposta na escolaridade prolongada é menor nos que são oriundos da localização peritos e trabalhadores qualificados. Segurança subjectiva na sua capacidade de manutenção da posição social? Os dados permitem confirmar esta

suposição, uma vez que, mesmo não tendo curso superior conseguem ter maiores probabilidades de acesso a empregos com recursos a nível da autoridade e até de qualificações, apesar de não as possuírem. Para as mulheres, devido à concorrência no mercado de trabalho e às deslocações na estrutura social que as afectam, só a escolarização prolongada permitirá a manutenção da posição social.

Nos homens cujos pais são trabalhadores só 8.1% conseguem atingir o nível de escolaridade avançada. Nas mulheres esse valor é de 19.5%. Se a estrutura social é bastante rígida, tornando difícil a fuga à reprodução social na localização de classe que estamos a analisar, as mulheres aparecem como detentoras de recursos educativos que poderão contribuir para uma melhoria da sua posição social, colocando-se com uma mais-valia no mercado de trabalho. Sendo a estrutura social, para as mulheres, bastante permeável nas três dimensões analisadas — propriedade, autoridade e qualificações — a aposta na escola dar-lhes-á oportunidades sociais acrescidas. Terão que concorrer com as mulheres de outras localizações de classe cuja reprodução de classe passa pela escolarização prolongada, mas as suas hipóteses relativas quando comparadas com as dos homens da sua classe serão substancialmente maiores.

151

O peso estrutural da pequena burguesia e a influência do sector informal, factos comuns a Portugal, Coreia do Sul e Formosa, condicionam os processos de mobilidade em países de desenvolvimento tardio. Enquanto a propriedade não se apresenta como um obstáculo à mobilidade intergeracional, as qualificações e a autoridade emergem como as fronteiras de classe mais impermeáveis e que mais obstáculos levantam à deslocação dos indivíduos na estrutura social.

Em Portugal, as qualificações e as credenciais são os factores mais preponderantes na estruturação dos processos de mobilidade intergeracional. O capital cultural (no sentido de Pierre Bourdieu) condiciona de uma forma decisiva as oportunidades sociais e as probabilidades de mobilidade. Mas, estes processos são diferentes para homens e mulheres. Para aqueles a estrutura social apresenta-se como bastante impermeável e rígida e a reprodução social é para eles um facto. Para as mulheres, pelo contrário, a estrutura social é relativamente aberta e as probabilidades relativas de mobilidade são iguais para as diferentes localizações de classe.

Conclusão

A relação com a escolarização é bastante distinta tanto para os dois sexos como para as diferentes localizações de classe. Para todas as classes, com excepção da pequena burguesia agrícola, as mulheres têm sistematicamente maiores probabilidades de conseguirem um grau de ensino superior do que os homens. No que concerne às classes sociais, enquanto os empregadores utilizam a educação para confirmarem e reverterem o seu capital económico, para os gestores e supervisores qualificados, a escolarização aparece como um mecanismo essencial de reprodução social dos seus descendentes. A permeabilidade, ou seja, a abertura da estrutura social na dimensão da propriedade, argumentamos nós, afasta muitos indivíduos da escolarização prolongada e cria a possibilidade de o sistema educativo manter o seu estatuto social e permanecer elitista e sancionador das desigualdades sociais. Os trabalhadores têm probabilidades mínimas de mobilidade intergeracional. Pode dizer-se, em conclusão, que a estrutura social portuguesa, até pelo peso morfológico desta localização de classe (46,4%), nesta perspectiva da mobilidade intergeracional se apresenta como pouco democrática. ■

ANEXO

QUADRO 1
Operacionalização da estrutura de classes para a análise da
permeabilidade nas três dimensões estruturais

Localização de Classe	Propriedade		Autoridade	Qualificações
	Conta-Própria	Tem empregados	Posição de Gestão ou Supervisão	Ocupação
Empregadores	Sim	Sim		
Pequena Burguesia	Sim	Não		
Pequena Burg. Agrícola	Sim	Não		
Gestores e Supervisores Qualificados#	Não		Sim	Ocupações profissionais, técnicas e de gestão
Gestores e Supervisores Não Qualificados	Não		Sim	Outras ocupações que não profissionais, técnicas e de gestão
Peritos	Não		Não	Profissionais (i.e: requerem um grau de ensino superior)
Trabalhadores Qualificados	Não		Não	Ocupações técnicas, de gestão e semi-profissionais
Trabalhadores	Não		Não	Outras ocupações que não técnicas, de gestão e semi-profissionais

Adaptado de Wright (1997:154)

Supervisores que requerem um grau de ensino superior.

FIGURA 1
Matrizes para variáveis que cruzam as fronteiras de classe

**Permeabilidade que cruza dois níveis
da fronteira de classe (Propriedade)**

	Emp	Pbn	Pba	Gsq	Gsn	PTq	T
Emp	0	0	0	1	1	1	1
Pbn	0	0	0	1	1	1	1
Pba	0	0	0	0	0	0	0
Gsq	1	1	0	0	0	0	0
Gsn	1	1	0	0	0	0	0
PTq	1	1	0	0	0	0	0
T	1	0	0	0	0	0	1

**Permeabilidade que cruza a fronteira
de classe (Autoridade)**

	Emp	Pbn	Pba	Gsq	Gsn	PTq	T
Emp	0	1	1	0	0	1	1
Pbn	1	0	0	1	1	0	0
Pba	1	0	0	1	1	0	0
Gsq	0	1	1	0	0	1	1
Gsn	0	1	1	0	0	1	1
PTq	1	0	0	1	1	0	0
T	0	0	1	1	0	0	0

**Permeabilidade que cruza a fronteira
de classe (Qualificações)**

	Emp	Pbn	Pba	Gsq	Gsn	PTq	T
Emp	0	0	0	1	0	1	0
Pbn	0	0	0	1	0	1	0
Pba	0	0	0	1	0	1	0
Gsq	1	1	1	0	1	0	1
Gsn	0	0	0	1	0	1	0
PTq	1	1	1	0	1	0	1
T	0	0	0	1	0	1	0

**Permeabilidade que liga a classe trabalhadora
às outras localizações de classe (Trabalhador)**

	Emp	Pbn	Pba	Gsq	Gsn	PTq	T
Emp	0	0	0	0	0	0	1
Pbn	0	0	0	0	0	0	2
Pba	0	0	0	0	0	0	3
Gsq	0	0	0	0	0	0	4
Gsn	0	0	0	0	0	0	5
PTq	0	0	0	0	0	0	6
T	1	2	3	4	5	6	0

**Acontecimentos intra-classe:
matriz da quasi-independência (QI)**

	Emp	Pbn	Pba	Gsq	Gsn	PTq	T
Emp	1	0	0	0	0	0	0
Pbn	0	2	0	0	0	0	0
Pba	0	0	3	0	0	0	0
Gsq	0	0	0	4	0	0	0
Gsn	0	0	0	0	5	0	0
PTq	0	0	0	0	0	6	0
T	0	0	0	0	0	0	7

1 – Móvel
0 – Não móvel

Emp — Empregadores
Pbn — Pequena burguesia não agrícola
Pba — Pequena burguesia agrícola
Gsq — Gestores supervisores qualificados
Gsn — Gestores supervisores não qualificados
PTq — Peritos e Trabalhadores qualificados
T — Trabalhadores
[NOME] Nome da variável em equação

Referências Bibliográficas

- Agresti, Alan 1990 *Categorical Data Analysis*. New York: Wiley.
- Almeida, João 1994 «A Recomposição Sócio-Profissional e Novos Protagonismos», in António Reis (coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barreto, António 1996 *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- (org.)
- Bourdieu, Pierre 1979 *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions Minuit.
- Erikson, Erik; 1993 *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial*
- Goldthorpe, John *Societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Estanque, Elisio; no prelo *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo*
- Mendes, José Manuel *Comparativo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, Virginia 1993 «Padrões de Segregação das Mulheres no Emprego — Uma Análise do Caso Português no Quadro Europeu», in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gaspar, Jorge 1993 «Geografia e Ordenamento do Território. Dos Paradigmas aos Novos Mapas», *Colóquio-Ciências*, nº 13, Setembro.
- Gaspar, Jorge 1987 *Ocupação e Organização do Espaço. Retrospectiva e Tendências*. vol I, Portugal. Os Próximos 20 Anos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goldthorpe, John 1987 *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*.
- et al.* Oxford: Clarendon Press.
- González, Juan Jesús 1992 *Clases Sociales: Estudio Comparativo de España y la Comunidad de Madrid 1991*. Madrid: Consejería de Economía de la Comunidad de Madrid.
- Goodman, Leo 1984 *The Analysis of Cross-Classified Data Having Ordered Categories*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Grácio, Sérgio 1992 *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Grácio, Sérgio 1986 *Política Educativa como Tecnologia Social. As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hout, Michael 1989 *Following in Father's Footsteps: Social Mobility in Ireland*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hout, Michael 1983 *Mobility Tables*. Beverly Hills: Sage.
- Marshall, Gordon 1989 *Social Class in Modern Britain*. London: Unwin Hyman.
- et al.*
- Rodrigues, 1988 *O Sistema de Emprego em Portugal. Crises e Mutações*.
- Maria João Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Santos, 1993 «O Estado, As Relações Salariais e o Bem-Estar na Semi-Periferia: O Caso Português», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Boaventura de Sousa

José Manuel
de Oliveira Mendes

- Santos, Boaventura de Sousa 1994 «O Estado e os Modos de Produção de Poder Social», in Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Wright, Erik Olin 1997 *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Erik Olin 1989 *Classes*. Londres: Verso.